



MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS  
GABINETE DO MINISTRO  
ASSESSORIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO

**TERMO DE REFERÊNCIA / PROJETO BÁSICO**

PROCESSO Nº 50020.009119/2024-63

**TERMO DE REFERÊNCIA 01/2025**

**1. OBJETO**

1.1. O objeto do presente Termo de Referência é a contratação de empresa prestadora do serviço especializado Comunicação Institucional, referentes à:

- a) prospecção, o planejamento, o desenvolvimento, a implementação, a manutenção e o monitoramento de soluções de comunicação institucional, , no seu relacionamento com a imprensa e na sua atuação em relações públicas, em território nacional e internacional, no que couber;
- b) manutenção e monitoramento das ações e soluções de comunicação institucional; e
- c) criação e execução técnica de projetos, ações ou produtos de comunicação institucional.

1.1.1. A contratação do serviço, elencado no subitem 1.1, tem como objetivo o atendimento ao princípio da publicidade e ao direito à informação, por meio de ações de comunicação institucional que visam difundir ideias e princípios, posicionar instituições e programas, disseminar iniciativas e políticas públicas ou informar e orientar o público em geral.

1.1.2. O planejamento previsto na alínea 'a' do subitem 1.1 objetiva subsidiar a proposição estratégica das ações de Comunicação Institucional para alcance dos objetivos de comunicação social e superação dos desafios apresentados ao órgão e deve prever, sempre que possível, indicadores e métricas para aferição, análise e otimização de resultados.

1.1.3. Os serviços previstos no subitem 1.1 não abrangem atividades com natureza distinta do objeto Comunicação Institucional do Ministério de Portos e Aeroportos, no seu relacionamento com a imprensa e na sua atuação em relações públicas.

1.1.4. Será contratada 1 (uma) empresa prestadora de serviços de comunicação institucional doravante denominada licitante ou contratada.

**2. REGIME DE EXECUÇÃO, MODALIDADE E TIPO**

2.1. Os produtos e serviços constantes deste Termo de Referência serão executados e entregues continuamente, mediante demanda, na forma de execução indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário.

2.2. A empresa será contratada por meio de concorrência, do tipo **Técnica** sob a égide da Lei nº 14.133 de 1 de abril de 2021, de forma complementar da Instrução Normativa MP nº 05/2017, Instrução Normativa SEGES/MGI nº 12/2023 e da Instrução Normativa SECOM/PR nº 1/2023.

2.3. Subsidiariamente devem ser observadas as regras estabelecidas na Lei nº 12.232/2010, aplicáveis a este objeto, nos termos do Acórdão nº 6.227/2016-TCU-2ª Câmara e na Instrução Normativa SECOM/PR nº 1/2023.

**3. JUSTIFICATIVAS**

**3.1. DO CENÁRIO**

3.1.1. O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) é o órgão da administração pública federal direta responsável pela formulação, coordenação e supervisão das políticas nacionais para o setores portuário, aviação civil e hidroviário. Ademais, está também entre as atribuições do MPor a participação no planejamento estratégico dos segmentos, elaboração de diretrizes e guias para sua implementação e definições dos investimentos prioritários nessas áreas, com o objetivo de expandir e estimular o potencial desses modais, que são preponderantes para a integração nacional, para o comércio exterior, para a cadeia produtiva nacional e para conectar o nosso País com o restante do mundo.

3.1.2. À Assessoria Especial de Comunicação Social (AESCOM) do Ministério de Portos e Aeroportos compete providenciar a divulgação de matérias relacionadas com a área de atuação da pasta e desenvolver atividades de Comunicação Social relativas às ações e realizações do Ministério e das atividades vinculadas ao órgão, conforme o Art. 6º, Anexo I do Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023.

3.1.3. Infere-se do planejamento estratégico do MPor os valores: eficiência logística, soberania nacional, integração nacional, responsabilidade socioambiental, segurança operacional, excelência institucional e democratização do acesso aos usuários. Dos pontos elencados, destaca-se que os dois últimos têm relação intrínseca com a disseminação de informações de interesse público - como direitos e serviços -, de projetos e de políticas do governo. É a partir do movimento de divulgação e compartilhamento dessas informações que "excelência institucional" e "democratização do acesso aos usuários" poderão ser considerados objetivos, de fato, atingíveis.

3.1.4. Nesse sentido, faz-se necessário publicizar as realizações do Ministério de Portos e Aeroportos voltadas para os segmentos com os quais o órgão se interrelaciona e quais as consequências e benefícios essas ações gerarão para a população brasileira. Somam-se a isso a relevância de dar a devida publicidade às políticas públicas, projetos, programas empreendidos pelo órgão e direcionados a outros setores da sociedade - como o empresariado, potencial indutor do desenvolvimento nacional ao trabalhar em parceria com o Estado -, à imprensa especializada e à grande imprensa. Essa divulgação requer uma estratégia de Comunicação Social eficiente e objetiva, com atuação multiplataforma e transversal, que vise um diálogo efetivo com os diversos públicos-alvo supracitados.

3.1.5. A comunicação social de governo tem o dever de garantir a publicidade e a transparência das ações dos órgãos ao divulgar informações de interesse geral, apresentar e promover os serviços da administração, tornar conhecidas as instituições, seja pela comunicação externa ou interna e estabelecer com seus públicos-alvo uma relação de diálogo sobre esses ponto e seus direitos e deveres.

3.1.6. Pelos Princípios da Eficiência e Publicidade o Ministério tem o dever de divulgação oficial de seus atos administrativos, bem como, as ações dos agentes públicos a ele relacionados, na defesa dos interesses da coletividade permitindo livre acesso dos indivíduos às informações que tenham interesse, dando transparência à atuação administrativa.

## 3.2. **DA NECESSIDADE**

3.2.1. Ante o exposto, a citada Assessoria tem necessidade de obter suporte técnico especializado em comunicação social que viabilize a promoção dessas ações de comunicação coordenadas. As quais devem ser realizadas por profissionais capacitados em comunicação social, jornalismo, produção gráfica e audiovisual, entre outros. Esse suporte enseja a contratação de serviços de comunicação institucional que compreende a prospecção, o planejamento, a implementação, a manutenção e o monitoramento de soluções de comunicação, conforme descritos na Instrução Normativa nº1 de 2023 da Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência - SECOM.

3.2.2. O modelo de comunicação que aqui se propõe é multiplataforma, dinâmico e direto, de modo a permitir o diálogo com os públicos-alvo conferindo à Administração Pública uma postura atenta e sempre disposta para esclarecer, destacar e promover a atuação do governo. Destaca-se a importância do trabalho de inteligência de comunicação para um trabalho coeso e bem planejado que vá além do uso de ferramentas ou atuação isolada de profissionais de comunicação.

3.2.3. Nesse sentido, a contratação destes serviços de comunicação se mostram imprescindíveis para agregar a dinâmica necessária à atuação do órgão na velocidade das inovações do setor, oferecendo maior credibilidade e tempestividade às ações de divulgação direcionadas aos cidadãos por meio da imprensa, meios próprios de comunicação, formadores de opinião ou outros meios que sejam possíveis.

3.2.4. Essa comunicação forte, eficiente e integrada, contribuirá para a formação da imagem do órgão, disseminação e ratificação diária de suas mensagens a fim de firmar com a sociedade o compromisso, a missão e os valores da instituição materializados pela prestação dos serviços e gestão dos investimentos públicos.

## 3.3. **DO SERVIÇO**

3.3.1. O serviço de Comunicação Institucional compreende a:

- a) prospecção, o planejamento, o desenvolvimento, a implementação, a manutenção e o monitoramento de soluções de comunicação institucional, , no seu relacionamento com a imprensa e na sua atuação em relações públicas, em território nacional e internacional, no que couber;
- b) manutenção e monitoramento das ações e soluções de comunicação institucional; e
- c) criação e execução técnica de projetos, ações ou produtos de comunicação institucional junto à imprensa e demais públicos de interesse, em consonância com novas tecnologias.

3.3.2. Para a execução deste serviço a contratada fará o planejamento e gerenciamento de comunicação social estruturado para o manejo das ferramentas disponíveis e não o simples fornecimento de profissionais dessas áreas ou

mesmo de produtos e serviços isolados, na medida em que o serviço pretende tornar estas ferramentas parte de um todo articulado e coeso, o que caracteriza o objeto contratual.

3.3.3. As atividades descritas acima, dependerão de aprovação expressa do órgão contratante para sua execução.

3.3.4. O serviço de comunicação institucional detém natureza intelectual, intangível e indivisível caracterizada pela atuação estratégica, intelectual e de alto teor criativo. A prestação dos serviços requeridos consistirá na gerência de um conjunto de ferramentas de comunicação social de forma integrada produzindo um composto de comunicação.

3.3.5. Os serviços disponibilizados devem ser estrategicamente combinados, conforme as especificidades de cada demanda, caracterizando, dessa forma, a natureza predominantemente intelectual e criativa da prestação do presente serviço de Comunicação Institucional.

3.3.6. Não obstante, a empresa deverá fornecer equipamentos e softwares para utilização da equipe que atuará na execução contratual como: sistemas de monitoramento de mídia para imprensa e mídias sociais, assinatura de banco de imagem, aplicativos de edição gráfica e audiovisual ( Pacote Adobe Creative Cloud ou superior), computadores com desempenho adequado, câmeras, lentes, iluminação, microfones etc. para fotografia e produção audiovisual, entre outros que se fizerem necessários ao desempenho dos serviços integrantes do objeto contratual.

3.3.7. A pretensa contratação terá como parâmetro para pagamento unidades de medida específicas para cada tipo de produto/serviço a ser entregue pela contratada, observando, assim, ao disposto nas Instruções Normativas do Ministério do Planejamento e às recomendações do Tribunal de Contas da União quanto ao assunto. Os quais sugerem que, sempre que possível, sejam definidas unidades de medida de mensuração de resultado para o pagamento, evitando a quantidade de horas de serviço ou postos de trabalho.

3.3.8. Cumpre destacar ainda que, o esforço realizado pela Assessoria Especial de Comunicação Social do MPOR para o delineamento das métricas de serviços tem como base, em que pese, a orientação da Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República - SECOM/PR. Nesse sentido, deve-se considerar que tal desenho trata de necessidades de serviços de comunicação integrados, não completamente previsíveis, visto que, muitas vezes, o planejamento realizado pela Administração Pública pode ser surpreendido com demandas extraordinárias que devem ser atendidas e crises que devem ser gerenciadas com o acionamento de diversos produtos e serviços, impactando na descrição e no quantitativo inicial estimado para a contratação.

3.3.9. De outra sorte, não é possível iniciar uma contratação sem nenhum planejamento. Isto porque, os participantes da licitação necessitam dimensionar os custos envolvidos na contratação para estimarem os preços dos serviços que serão entregues.

3.3.10. Dessa forma, como forma de conciliar ambos os anseios de uma mínima previsibilidade da necessidade do serviço de comunicação para a Administração, seja pela necessidade de planejamento da própria Administração, seja pela expectativa das participantes na licitação em mensurar seus esforços e riscos, vislumbrou-se que a descrição das unidades de medida (serviço) e os quantitativos estimados poderão ser ajustados por este órgão, porém, desde que com justificativa da Administração Pública, observando o princípio da proporcionalidade e da razoabilidade e limite global da contratação para garantir eficiência e uma mínima previsibilidade à Administração.

3.3.11. Logo, os serviços aqui citados não se alinham às características dos bens e serviços comuns, uma vez que não podem ser definido por tarefas executadas de forma sistemática ou com protocolos pré-estabelecidos.

3.3.12. Não obstante, o serviço detém de caráter contínuo em conformidade com o entendimento do Tribunal de Contas da União – TCU, Acórdão nº 132/2008 – Segunda Câmara, visto que a sua interrupção poderá trazer prejuízo à Administração no que tange ao atingimento do objetivo institucional de promover a divulgação de informações relevantes e de interesse público relacionado à sua atuação, de forma clara e objetiva, conforme versa o Planejamento Estratégico do Ministério em consonância com as diretrizes do Governo Federal e a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

#### **4. CARACTERÍSTICAS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS**

4.1. As demandas serão atendidas por meio da combinação dos produtos e serviços mais adequados para apoiar o Ministério de Portos e Aeroportos na superação de seus desafios e alcance dos seus objetivos de comunicação, abrangendo:

1. Produtos e Serviços Essenciais: contemplam a expertise básica da contratada na execução do objeto do contrato, sendo os itens previamente especificados e precificados pelo CONTRATANTE, com os respectivos quantitativos estimados de execução, no Apêndice I

4.2. Os Produtos e Serviços Essenciais contemplam as necessidades elementares do CONTRATANTE relativas ao objeto da contratação e estão agrupados no catálogo constante do Apêndice I, de acordo com sua finalidade e afinidade, nas seguintes categorias:

1. Estratégia de Comunicação;
2. Treinamento;
3. Gestão de Crises;

4. Atendimento;
5. Design Aplicado à Produção de Conteúdo para Relações Públicas;
6. Monitoramento e
7. Produção de conteúdo.

4.2.1. Os Produtos e Serviços Essenciais estão especificados no Apêndice I, com a descrição das seguintes informações:

1. Título;
2. Descritivo;
3. Entregas;
4. Aspectos a serem considerados na avaliação da atividade;
5. Características consideradas na classificação da complexidade;
6. Complexidade; e
7. Prazo de entrega.

4.3. No interesse do CONTRATANTE poderá ocorrer deslocamentos de profissionais a serviço e, nessa hipótese, a contratada proverá os meios de transporte, hospedagem e alimentação dos técnicos designados, sendo reembolsada, mediante prestação de contas.

4.3.1. Todo deslocamento vinculado às ações relacionadas à execução contratual deverá estar previsto na Ordem de Serviço e devidamente aprovado pelo gestor do contrato.

## **5. EXECUÇÃO CONTRATUAL**

5.1. A execução contratual dar-se-á por meio da prestação de serviços e fornecimento de produtos, demandados previamente pelo CONTRATANTE, via Ordem de Serviço (OS), observado o disposto nos Anexos V e V-A da Instrução Normativa MP nº 5/2017. O detalhamento do processo de execução contratual e de demandas por meio de Ordem de Serviço será efetuado em Manual de Procedimentos editado pelo CONTRATANTE.

5.2. Para a execução, a contratada deve obrigatoriamente possuir, além de estrutura administrativa habilitada, quantitativo suficiente de profissionais que deverão estar disponíveis para a execução dos produtos e serviços, objeto da contratação, e que poderão ser alocados nas dependências do CONTRATANTE, por tempo determinado, de forma a atender as demandas com a qualidade e os prazos exigidos, na prestação dos produtos e serviços de Assessoramento, constantes no Apêndice I.

5.2.1. A execução pela contratada de produtos e serviços nas dependências do CONTRATANTE resulta da necessidade de maior proximidade entre as equipes e de um atendimento contínuo não passível de ser prestado à distância pela contratada.

5.2.2. Para os produtos e serviços a serem prestados nas dependências do CONTRATANTE foram estabelecidas, ainda, especificações diferenciadas, devido à sua característica presencial, e os perfis técnicos necessários aos profissionais que ficarão responsáveis por sua execução.

5.3. O CONTRATANTE proverá infraestrutura básica para prestação dos produtos e serviços que serão executados em suas dependências, quanto ao espaço físico e mobiliário.

5.4. A contratada deverá alocar a quantidade de prepostos necessária para garantir a melhor intermediação com o CONTRATANTE, observados os perfis necessários para cada atividade constante da execução contratual.

5.5. Não será permitida a subcontratação de fornecedores especializados pela contratada para a execução dos Produtos e Serviços Essenciais, especificados no Apêndice I.

5.6. Os preços apresentados para execução de quaisquer produtos ou serviços são da exclusiva responsabilidade da contratada, não lhe cabendo pleitear nenhuma alteração posterior, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.7. A execução de qualquer produto, serviço ou despesa que envolva o desembolso de recursos deverá ser prévia e expressamente autorizada pelo CONTRATANTE.

## **6. CONTRATAÇÃO FORNECEDORES ESPECIALIZADOS**

6.1. Conforme Estudo Técnico Preliminar, os requisitos da contratação abrangerá o seguinte:

6.1.1. É requerida a contratação de empresa especializada em comunicação social, estabelecida no país, em situação trabalhista e tributária regular, com conhecimento e experiência na integração das ferramentas de diagnóstico, mapeamento, planejamento, gestão estratégica, monitoramento, avaliação e gerenciamento de crises, desenvolvimento de ferramentas com base em tecnologias modernas, assessoria de imprensa e relações públicas, media training, monitoramento e auditoria de imagem, bem como, produção gráfica e audiovisual, em especial, experiência na definição e condução de estratégias de comunicação para políticas públicas e imagem institucional para o setor público.

6.1.2. A empresa deve comprovar ser composta por equipe profissional e experiente de jornalistas, profissionais de relações públicas, especialistas em pesquisa, marketing e planejamento de comunicação, bem como, análise e monitoramento de mídia e produção gráfica e audiovisual. A qual deverá, necessariamente, atuar na execução do contrato a ser firmado.

## 6.2. Qualificação Técnica

a) Declaração(ões), atestado(s) ou certidão(ões) expedida(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que ateste(m) que a licitante prestou à(s) declarante(s) produtos serviços compatíveis com o objeto desta concorrência, nos termos do Apêndice I deste Edital, nos últimos 3 (três) anos.

a1) a(s) declaração(ões), atestado(s) ou certidão(ões) previstas na alínea 'a' deverão ser apresentadas em papel timbrado, assinados, com telefone de identificação dos representantes dos respectivos declarantes.

a2) para cumprimento da presente exigência a licitante deverá comprovar experiência de no mínimo 3 (três) anos, na execução de pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos Produtos e Serviços Essenciais, previstos nos **subitens** relacionados aos produtos e serviços essenciais do Apêndice I deste Edital. Nesse percentual deverão estar incluídos os seguintes Produtos e Serviços Essenciais:

- i) Diagnóstico e Matriz Estratégica
- ii) Plano Estratégico de Comunicação Institucional
- iii) Assessoria de Imprensa e
- iv) Contratos Proativos com Veículos de Comunicação.

b) comprovação de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega dos Documentos de Habilitação e das Propostas Técnica e de Preços, profissional com formação de nível superior ou outra devidamente reconhecida por entidade competente, relacionada ao objeto da licitação;

b1) aderência da formação de nível superior ou outra devidamente reconhecida por entidade competente ao objeto da contratação, disposta na alínea anterior, deverá ser demonstrada pela licitante por meio da descrição da experiência do profissional indicado, para avaliação da Comissão Especial de Licitação e, nos casos de dúvida, da área técnica vinculada à licitação;

b2) o profissional indicado pela licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional deverá coordenar a execução dos serviços objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pelo CONTRATANTE.

## 7. VALOR CONTRATUAL E RECURSO ORÇAMENTÁRIO

7.1. O valor da contratação decorrente do presente certame está estimado em **R\$ 10.131.669,33 (Dez milhões, cento e trinta e um mil, seiscentos e sessenta e nove reais e trinta e três centavos)** e adotando os 10%, **R\$ 1.013.166,93 ( Um milhão e treze mil, cento e sessenta e seis reais e noventa e tres centavos)** para diárias e passagens totalizando o valor de contrato em torno de **\$ 11.144.836,27 ( Onze milhões cento e quarenta e quatro mil, oitocentos e trinta e seis reais e vinte e sete centavos)**.

7.2. A previsão de recursos orçamentários para a execução dos serviços durante o exercício de ano consta da Lei Orçamentária Anual - ano da LOA, nas seguintes funcionais programáticas:

7.2.1. Se o CONTRATANTE optar pela prorrogação do contrato que vier a ser assinado, serão consignadas nos próximos exercícios, na Lei Orçamentária Anual, as dotações necessárias ao atendimento dos pagamentos previstos.

7.2.1.1. Na prorrogação, o CONTRATANTE poderá renegociar os preços praticados com a contratada, em decorrência deste certame, com base em pesquisa de preços, com vistas a obter maior vantajosidade para a Administração, no decorrer da execução do contrato.

7.2.1.2. O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, efetuar revisão dos preços praticados com a contratada, em decorrência de eventual redução identificada nos preços do mercado, por meio de termo aditivo.

7.3. O CONTRATANTE se reserva o direito de, a seu juízo, executar ou não a totalidade do valor contratual.

7.4. No interesse do CONTRATANTE, a contratada fica obrigada a aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nos serviços, nas mesmas condições contratuais, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor

## **8. ESTIMATIVA ANUAL DE EXECUÇÃO**

8.1. As quantidades anuais dos Produtos e Serviços Essenciais, previstas no item II do Apêndice I, representam apenas estimativas e serão executadas à medida da necessidade e conveniência do CONTRATANTE, que poderá readequá-las, ocasionando distribuição diferente da previamente estabelecida, desde que justificada a alteração e respeitado o valor estabelecido no subitem 7.1, quanto ao valor de investimento para a contratação.

8.1.1. A quantidade anual foi prevista para ser executada, de forma não cumulativa, durante cada vigência contratual de 12 (doze) meses.

8.1.2. A CONTRATANTE não está obrigada a execução total das quantidades anuais dos Produtos e Serviços Essenciais uma vez que boa parte dos produtos serão executados sob demanda. O quantitativo estimado é limitante e não acumulativo. Sem o estabelecimento de quantitativo mínimo de uso.

## **9. PAGAMENTO E REMUNERAÇÃO**

9.1. Para pagamento e remuneração pela execução dos produtos e serviços previamente autorizados pelo CONTRATANTE, a contratada deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Produtos e Serviços Essenciais:

I - nota fiscal ou fatura emitida, sem rasura, em letra legível, em nome e CNPJ do CONTRATANTE, da qual constará o número do contrato, descrição dos produtos e serviços executados, número da respectiva Ordem de Serviço e as informações para crédito em conta corrente (nome e número do banco, nome e número da agência e número da conta);

II - documentos de comprovação da execução dos produtos e serviços.

b) Despesas com deslocamentos de profissionais a serviço (com limite máximo de 10% do valor estimado do contrato em edital, conforme subitem 10.3 do ETP):

III - nota de débito, emitida conforme exigências da alínea 'I', relacionando os meios de transporte contratados, com os respectivos CNPJ, razão social e valores, bem como a quantidade de diárias necessárias para cobertura das demais despesas envolvidas no deslocamento;

IV - prestação de contas com relatório de viagem.

9.2. O gestor do contrato só atestará a execução dos produtos e serviços e liberará os documentos para pagamento quando cumpridas pela contratada todas as condições pactuadas.

9.2.1. As notas fiscais emitidas pela contratada devem ter em seu verso a seguinte declaração, assinada por funcionário da empresa de comunicação corporativa responsável pela documentação:

“Atestamos que todos os produtos e serviços descritos no presente documento, prestados por fornecedores especializados foram entregues/realizados conforme autorizados pelo Ministério de Portos e Aeroportos, sendo observados ainda os procedimentos previstos no contrato quanto à regularidade de contratação e de comprovação de execução.”

9.2.2. A contratada assumirá, com exclusividade, todos os tributos (impostos e taxas) que forem devidos em decorrência da execução dos produtos e serviços do objeto deste contrato.

9.3. O pagamento dos produtos e serviços será feito em até 30 (trinta) dias após a apresentação dos documentos previstos no subitem 9.1 e será efetivado por meio de crédito em conta corrente mantida pela contratada.

9.4. Os pagamentos à contratada serão realizados pelos valores decorrentes de:

a) prestação efetivamente realizada de Produtos e Serviços Essenciais;

b) reembolso de despesas com deslocamentos de profissionais a serviço.

9.5. Para pagamento dos Produtos e Serviços Essenciais, dispostos na alínea 'a' do subitem anterior, serão praticados os preços da planilha constante do item 2 do Apêndice I, sobre os quais incidirão de forma linear o desconto

constante da Proposta de preço, da presente apresentada pela licitante vencedora.

9.6. A contratada obrigará-se a sempre buscar o menor preço com a melhor qualidade para a execução do objeto do contrato.

9.7. O CONTRATANTE, na condição de fonte retentora, fará o desconto e o recolhimento dos tributos e contribuições a que esteja obrigado pela legislação vigente ou superveniente, referente aos pagamentos que efetuar.

9.8. Os pagamentos mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária só serão efetivados se a contratada efetuar cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

9.9. Caso a contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

9.10. A nota fiscal ou fatura correspondente deverá ser entregue pela contratada, diretamente ao gestor do contrato, com a devida comprovação da execução dos produtos e serviços (orçamentos, relatórios e comprovantes).

9.10.1. Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, os documentos de cobrança serão devolvidos à contratada, e o pagamento ficará pendente até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando nenhum ônus para o CONTRATANTE.

9.11. No caso de eventual atraso de pagamento, mediante pedido da contratada, o valor devido será atualizado financeiramente, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para esse atraso. Para tanto, fica convencionado que o índice de compensação financeira será calculado mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Sendo:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) I = (6/100) I = 0,00016438$$

365 365

TX = Percentual da taxa anual = 6%

9.11.1. A compensação financeira será incluída na nota fiscal seguinte à da ocorrência.

9.12. Antes da efetivação dos pagamentos será realizada a comprovação de regularidade da contratada, mediante consulta on-line, no Sistema Oficial de Registro Cadastral Unificado no sítio do Tribunal Superior do Trabalho.

9.12.1. Se a contratada cadastrada no Sistema Oficial de Registro Cadastral Unificado estiver com a documentação obrigatória vencida, deverá apresentar ao CONTRATANTE Certificado de Regularidade de Situação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida por órgãos da Secretaria da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e certidões negativas de débitos expedidas por órgãos das Secretarias de Fazenda do Estado e do Município.

9.12.2. Constatada a irregularidade, a contratada será notificada, por escrito, para que no prazo de 5 (cinco) dias regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa, sob pena de rescisão contratual.

9.12.3. O prazo estipulado poderá ser prorrogado a juízo do CONTRATANTE.

9.12.4. Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas ao CONTRATANTE, por meio de carta, ficando sob responsabilidade da contratada os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação.

9.12.5. Sobre o pagamento de passagens aéreas e diárias, saliente-se que, por se tratar de reembolso, a mera previsão do percentual de 10% não gera desvantajosidade na execução contratual, pois se o valor não for utilizado, não demandará gastos ao Órgão.

9.13. Os pagamentos efetuados pelo CONTRATANTE não isentam a contratada de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

## 10. REAJUSTE

10.1. O preço dos Produtos e Serviços Essenciais poderá ser reajustado, sendo observada a periodicidade anual, contada da data solicitação do orçamento estimado 10.06.2025 (9858346) ou do último reajuste, com base na variação comprovada dos preços ocorrida no período.

10.2. É vedada a inclusão de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, observado o Art. 6º da Instrução Normativa MP nº 5/2017.

10.3. O reajuste se dará de acordo com a lei vigente, em especial o Decreto nº 1.054/1994, alterado pelo Decreto nº 1.110/1994, a Lei nº 9.069/1995, e a Lei nº 10.192/2001, ou em conformidade com outra norma que vier a ser editada pelo Poder Público, com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) Coluna 7, publicado pela Revista Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas, ocorrida no período, ou por outro índice que o venha a substituir, utilizando-se da seguinte fórmula:

$$R = V \times \frac{I - I_o}{I_o}$$

<b>R</b>	Valor do reajuste procurado
<b>V</b>	Valor contratual do produto ou serviço a ser reajustado
<b>I</b>	Índice relativo à data do reajuste
<b>I<sub>o</sub></b>	Índice inicial ou índice de preços na data da entrega da Proposta

## 11. OBRIGAÇÕES CONTRATADA E CONTRATANTE

11.1. Constituem obrigações das contratadas, além das demais previstas no contrato a ser firmado ou dele decorrentes:

11.1.1. Operar como organização completa e fornecer serviços de elevada qualidade.

11.1.2. Fornecer os produtos e serviços relacionados com o objeto do contrato a ser firmado de acordo com as especificações estipuladas pelo CONTRATANTE.

11.1.3. Executar todos os serviços relacionados com o objeto do contrato a ser firmado, mediante demanda do CONTRATANTE.

11.1.4. Exercer o controle de qualidade na execução dos serviços prestados, com base nos parâmetros determinados pelo CONTRATANTE.

11.1.5. Obter a autorização prévia do CONTRATANTE, por escrito, para realizar qualquer despesa relacionada com o contrato a ser firmado.

11.1.6. Tomar providências, imediatamente, em casos de alterações, rejeições, cancelamentos ou interrupções de um ou mais serviços, mediante comunicação do CONTRATANTE, respeitadas as obrigações contratuais já assumidas com fornecedores especializados, desde que as ocorrências não tenham sido por eles causadas.

11.1.7. Manter, durante a execução do contrato a ser firmado, todas as condições de habilitação e qualificação, exigidas na concorrência que deu origem ao referido instrumento.

11.1.8. Utilizar, na elaboração dos serviços objeto do contrato a ser firmado, os profissionais indicados na Proposta Técnica da concorrência que deu origem ao referido instrumento, para fins de comprovação da Capacidade de Atendimento, admitida sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, mediante comunicação formal ao CONTRATANTE.

11.1.8.1. Prover aos profissionais envolvidos na execução contratual, dentro e fora de suas dependências, a infraestrutura necessária de equipamentos e suprimentos, constituída de acesso à Internet por meio de banda larga (com e sem fio), microcomputadores, *softwares*, equipamento de videoconferência, ferramentas tecnológicas e demais recursos,



de forma a garantir a perfeita execução contratual.

11.1.8.2. Alocar a quantidade de prepostos necessária para garantir a melhor intermediação com o CONTRATANTE, observados os perfis necessários para cada atividade constante da execução contratual.

11.1.9. Manter, por si e por seus prepostos, irrestrito e total sigilo sobre quaisquer informações que lhe sejam fornecidas, sobretudo quanto à estratégia de atuação do CONTRATANTE.

11.1.10. Não divulgar informações acerca da prestação dos serviços objeto do contrato a ser firmado, que envolvam o nome do CONTRATANTE, sem sua prévia e expressa autorização.

11.1.11. Assinar Termo de Compromisso relativo à confidencialidade e ao sigilo, conforme modelo definido pelo CONTRATANTE, se comprometendo, por si e seus prepostos, a não repassar o conhecimento das informações confidenciais, responsabilizando-se por todas as pessoas que vierem a ter acesso às informações, por seu intermédio, e obrigando-se, assim, a ressarcir a ocorrência de qualquer dano ou prejuízo oriundo de eventual quebra de sigilo das informações fornecidas.

11.1.12. Cumprir todas as leis e posturas, federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.

11.1.13. Cumprir a legislação trabalhista e securitária com relação a seus empregados.

11.1.14. Assumir, com exclusividade, todos os tributos (impostos e taxas) que forem devidos em decorrência do objeto do contrato a ser firmado, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, os encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, os encargos que venham a ser criados e exigidos pelos Poderes Públicos e outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado.

11.1.15. Responsabilizar-se por recolhimentos indevidos ou pela omissão total ou parcial nos recolhimentos de tributos que incidam ou venham a incidir sobre os serviços prestados.

11.1.16. Apresentar, quando solicitado pelo CONTRATANTE, a comprovação de estarem sendo satisfeitos todos os seus encargos e obrigações trabalhistas, previdenciários e fiscais.

11.1.17. Responder perante o CONTRATANTE por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora, omissão ou erro, na condução dos serviços objeto do contrato a ser firmado.

11.1.18. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas para o CONTRATANTE.

11.1.19. Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa, dolo ou omissão de seus empregados e prepostos, bem como obrigar-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações administrativas ou judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento do contrato a ser firmado.

11.1.20. Em caso de ação trabalhista envolvendo os serviços prestados, adotar as providências necessárias no sentido de preservar o CONTRATANTE e de mantê-la a salvo de reivindicações, demandas, queixas ou representações de qualquer natureza e, não o conseguindo, se houver condenação, reembolsar ao CONTRATANTE as importâncias que esta tenha sido obrigada a pagar, dentro do prazo improrrogável de 10 (dez) dias úteis a contar da data do efetivo pagamento.

11.1.21. Responder por qualquer ação administrativa ou judicial movida por terceiros com base na legislação de proteção à propriedade intelectual, direitos de propriedade ou direitos autorais, relacionadas com os serviços objeto do contrato a ser firmado.

11.1.22. Prestar esclarecimentos ao CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos desabonadores noticiados que envolvam a contratada, independentemente de solicitação.

11.1.23. Não caucionar ou utilizar o contrato a ser firmado como garantia para qualquer operação financeira.

11.1.24. Adotar, na execução dos serviços, boas práticas de sustentabilidade ambiental, de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de redução da poluição, conforme disposto no art. 5º da Lei nº 14.133/21, regulamentada pelo Decreto nº 7.746/2012.

11.1.25. Observar as condições para fornecimento de produtos e de serviços ao CONTRATANTE estabelecidas no Edital que deu origem ao contrato a ser firmado.

11.2. São obrigações do CONTRATANTE, além de outras assumidas no contrato a ser firmado:

- a) cumprir os compromissos financeiros assumidos com a contratada;
- b) fornecer e colocar à disposição das contratadas os elementos e informações que se fizerem necessários à execução dos produtos e serviços;
- c) proporcionar condições para a boa execução dos produtos e serviços;
- d) notificar a contratada, formal e tempestivamente, sobre as irregularidades observadas no cumprimento do contrato a ser firmado;

- e) notificar a contratada, por escrito e com antecedência, garantida a defesa, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- f) efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.

11.2.1. O CONTRATANTE comunicará à contratada por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

## **12. FISCALIZAÇÃO E ACEITAÇÃO**

12.1. O CONTRATANTE fiscalizará a execução dos produtos e serviços contratados e verificará o cumprimento das especificações técnicas, podendo rejeitá-los, no todo ou em parte, quando não corresponderem ao desejado ou especificado por meio de instrumento de medição de resultados IMR (10057848)

12.1.1. Será nomeado gestor e fiscal, titular e substituto, para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato a ser firmado e registrar em relatório todas as ocorrências, deficiências, irregularidades ou falhas porventura observadas na execução dos produtos e serviços e terá poderes, entre outros, para notificar a contratada, objetivando sua imediata correção.

12.2. A fiscalização pelo CONTRATANTE em nada restringe a responsabilidade, única, integral e exclusiva da contratada pela perfeita execução dos produtos e serviços.

12.3. A não aceitação de algum serviço, no todo ou em parte, não implicará a dilação do prazo de entrega, salvo expressa concordância do CONTRATANTE.

12.4. A contratada adotará as providências necessárias para que a execução de qualquer produto ou serviço considerada não aceitável, no todo ou em parte, seja refeita ou reparada nos prazos estipulados pela fiscalização, sem ônus para o CONTRATANTE.

12.5. A autorização, pelo CONTRATANTE, dos serviços executados pela contratada ou por fornecedores especializados não a desobrigará de sua responsabilidade quanto à perfeita execução técnica e comprovação dos serviços.

12.6. A ausência de comunicação por parte do CONTRATANTE, referente à irregularidade ou falhas, não exime a contratada das responsabilidades determinadas no contrato a ser firmado.

12.7. A contratada permitirá e oferecerá condições para a mais ampla e completa fiscalização, durante a vigência do contrato a ser firmado, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e aos produtos e serviços em execução e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização.

12.8. A contratada se obriga a permitir que a auditoria interna do CONTRATANTE e ou auditoria externa por ela indicada tenham acesso aos documentos e materiais que digam respeito aos produtos e serviços prestados ao CONTRATANTE.

12.9. Ao CONTRATANTE é facultado o acompanhamento da execução dos produtos e serviços objeto do contrato a ser firmado, juntamente com representante credenciado pela contratada.

12.10. O CONTRATANTE poderá, a seu juízo, avaliar o desempenho da contratada quanto ao planejamento e à execução dos produtos e serviços objeto do contrato a ser firmado.

12.11. A avaliação será considerada pelo CONTRATANTE para:

- a) apurar a necessidade de solicitar da contratada correções que visem maior qualidade dos serviços prestados;
- b) decidir sobre prorrogação de vigência ou rescisão contratual;
- c) fornecer, quando solicitado pela contratada, declarações sobre seu desempenho para servir de prova de capacitação técnica em licitações.

12.11.1. O instrumento de avaliação de desempenho ficará à disposição dos órgãos de controle interno e externo.

## **13. HABILITAÇÃO TÉCNICA DO FORNECEDOR**

13.1. Para cumprimento da presente exigência a licitante deverá comprovar experiência de no mínimo 3 (três) anos, na execução de pelo menos 50% (setenta por cento) dos Produtos e Serviços Essenciais, previstos nos subitens do Apêndice I deste projeto básico. Nesse percentual deverão estar incluídos os seguintes Produtos e Serviços Essenciais:

- i) Diagnóstico e Matriz Estratégica
- ii) Plano Estratégico de Comunicação Institucional
- iii) Assessoria de Imprensa e
- iv) Contratos Proativos com Veículos de Comunicação.

13.2. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade

CONCORRÊNCIA, do tipo Melhor Técnica nos termos do arts. 20-A e 20-B da Lei nº 12.232, de 2010, e de forma subsidiária a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como o Decreto nº 6.555, de 08 de setembro de 2008, e a Instrução Normativa SECOM/PR nº 1, de 19 de junho de 2023.

- 13.3. O regime de execução do contrato será por empreitada por preço unitário.
- 13.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:
- a) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, em se tratando de sociedades comerciais, devidamente registrado e acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, quando se tratar de sociedades por ações;
  - b) os documentos mencionados na alínea no item anterior deverão estar acompanhados de suas alterações ou da respectiva consolidação e deles deverá constar, entre os objetivos sociais, a execução de atividades da mesma natureza ou compatível com o objeto desta concorrência;
- 13.5. Inscrição do ato constitutivo em cartório de Registros de Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- 13.6. Cédula de identidade dos responsáveis legais da licitante;
- 13.7. Registro comercial, em caso de empresa individual.
- 13.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 13.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 13.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 13.11. Sociedade cooperativa: Dada a significativa complexidade dos serviços de comunicação corporativa e seguindo a mesma linha de contratações vigentes e anteriores, a presente contratação não deve permitir a participação no certame de organizações cooperativas, ou seja, empresas sem fins lucrativos.
- 13.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva. Habilitação fiscal, social e trabalhista 8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 13.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 13.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 13.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 13.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 13.17. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 13.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 13.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- 13.20. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- 13.21. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II); 8.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis

dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

- a) índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- b) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e
- c) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. 8.23.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

13.22. A licitante deve apresentar resultado igual ou maior que 1 (um) e comprovar que possui patrimônio líquido equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

13.23. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

13.24. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

#### 14. APÊNDICES

14.1. Integram este Anexo os seguintes apêndices:

- I - Apêndice I: Produtos e Serviços Essenciais; (10057703)
- II - Apêndice II: Apresentação e Julgamento das Propostas Técnicas (10057738)
- III - Apêndice II-A: Briefing (10057801)
- IV - Apêndice III: Apresentação e Julgamento das Propostas de Preços (10057767)
- V - Apêndice III-A: Modelo de Proposta de Preços (10057773)
- VI - Apêndice IV: IMR (10057848)

#### 15. RESPONSÁVEIS

15.1. Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

#### 16. ELABORAÇÃO

(assinado eletronicamente) Nome:: ERICCO CAMPOS BAZZO Matrícula: 1337029	(assinado eletronicamente) Nome: Maíra Martins Guede Matrícula: 3435657
--	---

#### 17. APROVAÇÃO

<div style="text-align: center;">_____ Jessica Prado da Silva Chefe da Assessoria Especial de Comunicação Social <b>Matrícula: 1313459</b></div>
--

1.



Documento assinado eletronicamente por **Maíra Martins Guedes, Coordenador Geral de Comunicação**, em 30/07/2025, às 11:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Jéssica Prado da Silva, Chefe da Assessoria Especial de Comunicação Social**, em 30/07/2025, às 11:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Ericco Campos Bazzo**, **Coordenador de Projetos**, em 30/07/2025, às 11:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.transportes.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&acao\\_origem=documento\\_conferir&lang=pt\\_BR&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.transportes.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **10057676** e o código CRC **E7BF85A1**.



**Referência:** Processo nº 50020.009119/2024-63



SEI nº 10057676

Esplanada dos Ministérios Bloco R, - Bairro Zona Cívico Administrativ  
Brasília/DF, CEP 70044-902  
Telefone: